



■ Presidente p.2

“Governo está a fantasiar que as coisas correm bem”



■ PSD p.9

Socialistas querem novo BPN

POVO LIVRE



n.º 1952

18 de janeiro de 2017

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
n.º 105690 - Propriedade: PSD

DIVERGÊNCIAS NA MAIORIA SÃO DA RESPONSABILIDADE DO GOVERNO



■ O presidente do PSD esteve num jantar da distrital do PSD do Porto



Jantar do PSD de Faro

“Governo está a fantasiar que as coisas correm bem”

Foi durante um jantar em Albufeira, dia 13 de janeiro, que Pedro Passos Coelho afirmou que o que se está a assistir na negociação da Taxa Social Única (TSU) é da exclusiva responsabilidade do Governo e dos partidos que o apoiam. O acordo para o salário mínimo nacional foi negociado entre o Governo e os partidos de esquerda e espelha bem o que são as decisões deste Executivo para o país. O problema não está apenas nesta negociação da TSU, pois já antes, na altura do acordo do Salário Mínimo Nacional, o Governo tinha um valor já previamente acordado, e que não foi concertado.

“Querem que os parceiros concordem, e fazem chantagem. Dizem que já tomaram a decisão, e não dão margem de manobra às empresas. No ano passado, a maioria que suporta o governo deixou passar isto. Agora que os acordos estão cumpridos, o BE e o PCP não pensam como em 2016. Agora dizem que não se pode usar a TSU para fazer esse negócio na concertação social. O que faz o Governo e o PS? Criticam o PSD”, acusou Pedro Passos Coelho.

O presidente do PSD foi perentório ao afirmar que “O PSD é o maior partido português e da oposição. Nós não somos a geringonça. Deviam estar a criticar o PCP, o BE e o PEV, não o PSD. Dizem que pomos em causa a concertação social. Eles fazem o negócio, desentendem-se, e querem pôr a responsabilidade no PSD. O bode expiatório está sempre fora, não são eles que fazem mal. Tenham coragem para assumir as decisões que tomam”, desafiou.

Em 2014, o PSD descongelou o salário mínimo e disse que para futuro a sua atualização deve estar relacionada com a produtividade. Este Governo ignorou este acordo. “Nós quando mexemos na TSU, ela não foi encargo da Segurança social. Este governo impôs um aumento do SMN que não é coberto pela produtividade, impondo às empresas um valor que eles não podem pagar e perdendo depois o processo. Isto tem vários efeitos perversos. Um Governo que diz que quer melhorar rendimentos, está a promover incentivos para serem mais baixos”, afirmou o líder da oposição.



O PSD não apoia esta situação. Pedro Passos Coelho afirmou que “se não se entendem para resolver os problemas, o nosso voto não têm. Eles que expliquem ao país, quer as perversidades quer o custo de andar a dizer que o SMN deva ser o que é. Este Governo faz de conta e arranja artifícios para esconder os custos verdadeiros do que mandou pagar.”

É assim no salário mínimo, é assim nas dívidas dos hospitais, e na qualidade dos serviços, que vai acabar por se ressentir desta “maneira de estar que é a de fantasiar que as coisas correm bem quando se degradam no dia-a-dia”, disse. Isto não tinham nem tem de ser assim.

Uma agenda reformista para Portugal

“Não há nada que se possa fazer para melhorar a nossa economia que não pressuponha um conjunto de reformas que temos de fazer. No passado, mesmo em circunstâncias adversas, fizemos reformas importantes a pensar no futuro. Mas não ficou tudo feito. Os outros não ficam parados no tempo e nós não podemos ficar parados. Precisávamos de um ímpeto reformista, de uma agenda que permita continuar os bons resultados que obtivemos. Queríamos uma maior rapidez no processo



de decisão do Estado, e há muito ainda que podemos fazer neste campo para melhorar a sociedade. Não se conhece deste Governo nenhuma ideia para melhorar o Estado. Parece que não querem mexer em nada para não aborrecer ninguém, e isso afetaria a sua popularidade”, disse o Presidente do PSD.

Como estamos hoje e o que temos de fazer para chegar onde precisamos? O PSD gostaria que Portugal pudesse chegar a condições em que estão os países que passaram por processos como o nosso, como a Espanha e a Irlanda, e que hoje crescem o dobro e o triplo do que cresce Portugal, com custos de financiamento muito mais baixos que os nossos.

“Se crescemos menos do que os outros e pagamos muito mais do que os outros para investir, como é que vamos competir?”, questionou o Presidente do PSD. O resultado que se adivinha é lógico: se tudo continuar como está vamos afastar-nos cada vez mais dos resultados que estes países nossos parceiros vão conseguir alcançar em termos de crescimento. Nós vamos ficar para trás e eles vão progredir mais do que nós, e alcançar maior justiça social.

O caminho é claro: “queremos fazer reformas para poder escolher um caminho que nos possa colocar num futuro com mais crescimento e desenvolvimento, conseguindo melhor saúde, educação e serviços públicos, assim como maior igualdade de oportunidade. E queremos ainda investir no que nos pode diferenciar, seja no turismo e na sua qualificação. Podemos valorizar ainda mais o que temos e acrescentar valor, criando mais em-



prego em Portugal. Assim podemos pagar o que devemos e ter uma redistribuição mais equilibrada para futuro.”

Devolução de rendimentos é anulada pela inflação

Uma parte da política de devolução de rendimentos vai ser anulada pela inflação. Os partidos que apoiam o governo já o admitiram. Quando alguém negocia aumentos, há que ter noção que o que nos dão a mais chega para o aumento de preços que vamos ter de enfrentar. Os rendimentos que estamos a falar em média estão abaixo da inflação. De um modo geral, não estamos numa circunstância em que a devolução de rendimentos não seja afetada.

Nunca se pagou tanto imposto de combustíveis como agora. Quem usa mais os meios que usam combustíveis, sabe quanto custou o aumento do imposto dos combustíveis. Quem pagou esse aumento? Os portugueses.



Para o primeiro-ministro, “se as pessoas não quiserem pagar tanto, que usem menos o carro. Não quer pagar imposto, não consuma. Mas a verdade é que a receita aumentou muito. É porque os portugueses gostam de pagar imposto? Não. É porque precisam de o fazer. Essa livre escolha é uma fantasia. Isto limita os efeitos de rendimentos que estejam a ser devolvidos”, disse Pedro Passos Coelho.

A ideia de que está tudo a correr muito bem não bate certo com a realidade

Precisávamos de aproveitar melhor as circunstâncias. Estamos a pedir dinheiro emprestado a 10 anos a 4,22%. Estamos a aumentar o custo do financiamento, enquanto os outros estão a baixar. Enquanto os nossos juros caíam, diziam que não tínhamos mérito nenhum, que era por causa do BCE. Agora o Governo deve querer inventar um bode expiatório para esta situação.

“Temos um governo cuja máxima ambição é ser popular e governar para o curto prazo, navegando à costa à espera que as coisas corram bem. Não há ambição para Portugal e as coisas estão a deteriorar-se”, disse o líder social-democrata.

Nós podemos cumprir critérios de disciplina e rigor, tendo resultados com mais rendimento, para combater as desigualdades e injustiças. Sabemos que quando queremos alcançar algo mais difícil temos de nos esforçar um pouco mais. Nesse esforço, uma parte é feita com gosto e motivação de que chegaremos a um patamar superior.

O presidente do PSD afirmou que “É isso que nos move. Mas o que vemos é aguentar, aguentar, aguentar. Não é assim que se constrói o futuro. A nossa ambição é que Portugal possa construir um futuro sustentado, em que os portugueses podem acreditar”, concluindo que “temos direito a poder mostrar que sabemos ter um País a crescer e a funcionar melhor. Para isso, o PSD não pode demitir-se da sua função e deve posicionar-se como o partido que não olha para o dia-a-dia pela popularidade, mas com um projeto de futuro para Portugal. Olhamos para os portugueses levando-os a sério e respeitando as suas escolhas. Quando olhamos para futuro, é construir em cima do que alcançámos e não a andar para trás.”



Jantar de Reis da Distrital do PSD de Castelo Branco

Governo desperdiça oportunidades



No último ano, Portugal registou um crescimento muito inferior ao de países europeus com passados recentes semelhantes. Espanha cresceu mais do dobro e paga juros pela sua dívida pública que são menos de metade do que os mercados exigem a Portugal. Portugal está a afastar-se dos seus pares europeus, explicou Pedro Passos Coelho.

“Portugal tem vindo a afastar-se desses países, tendo um crescimento económico muito inferior e enfrentando custos de financiamento cada vez mais expressivos do que esses países”, apontou o presidente do PSD, este sábado, num convívio com militantes do PSD da Covilhã, sábado, 14 de janeiro. Na comparação com a Irlanda, Portugal conseguiu crescer mais do triplo e está a pagar menos de uma quarta parte do que Portugal paga pela sua dívida, a 10 anos, apontou. Dados citados pelo líder social-democrata para concluir que o Governo está a deixar passar oportunidades, que outros países têm aproveitado, por exemplo, substituindo a sua dívida pública antiga, mais cara, por nova dívida, a custos de financiamento inferiores.

Os estados-membros da zona Euro estão incluídos no programa de compra de dívida do Banco Central Europeu. Mas só Portugal continua a ver os seus juros a disparar, lembrou Pedro Passos Coelho, avançando uma explicação para essa realidade: “A política económica em Portugal alterou-se em relação ao passado e é diferente da que é seguida noutros países”. Apesar de o PSD avaliar como positivo o crescimento da economia, o líder do partido não deixou de apontar a distância entre as previsões e a realidade e manifestou-se preocupado por Portugal não estar a aproveitar as oportunidades existentes. “Por que é que a economia cresceu muito menos do que o Governo disse que ia



crescer?” e “por que é que, nas previsões do Banco de Portugal, em 2019, ainda estaremos a crescer menos do que em 2015?”.

Face às alterações externas, “os membros do Governo começam a ensaiar abordagens desculpabilizantes, explicando que a conjuntura está mais adversa.” Para Pedro Passos Coelho, “os governos não são feitos só para quando as conjunturas são fáceis, servem para fazer alguma coisa além do que gerir o dia-a-dia, servem para preparar o futuro”. “E essa é a nossa obrigação”. O líder do PSD não deixou de recordar que, ao contrário do que fizeram muitos outros países, Portugal não aproveitou condições como os preços favoráveis do petróleo, no último ano. Em vez de termos tido ganhos de competitividade na economia, “aproveitámos a conjuntura para aumentar os impostos sobre os combustíveis e o Estado arrecadar mais dinheiro”, acusou. Ou seja, o Estado foi buscar mais impostos aos portugueses e não baixou a sua despesa, razão para “as contas estarem a baixar em termos de défice”.

O Executivo conseguiu ter o apoio dos seus parceiros parlamentares para prosseguir esta estratégia, em 2016. Uma estratégia de falta de ambição, porque este é um governo que “só está interessado em agradar no dia-a-dia”. “Os partidos da maioria entenderam-se para reverter muitas das medidas estruturais que o governo anterior tinha tomado e para poderem anunciar muitas medidas simpáticas”, afirmou Pedro Passos Coelho para mostrar o que já se alterou na relação de forças do Governo com PCP e BE: “Este ano não temos bem a certeza se é assim que vai continuar”, dado que “há alguns sinais de que isto se pode alterar”.

PSD não faz “fretes” ao Governo do PS

Foi com aquela base de apoio que, em 2016, o Governo decidiu o aumento do salário mínimo nacional. “O Partido Socialista senta-se com o Bloco de Esquerda e os outros partidos da maioria e decidem quanto é que vai ser” o aumento do salário mínimo, indo depois à concertação social questionar os parceiros sobre medidas que podem aceitar como compensação pela definição daquele valor. “Isto é chantagem pública”, uma “simulação” de negociação e um “desrespeito pela concertação social”, acusou Pedro Passos Coelho.

“Foi assim em 2016 mas não foi assim em 2017, porque o Partido Comunista e o Bloco de Esquerda disseram que não concordam”, lembrou. “Mas como estão desavindos, a culpa é do PSD”, ironizou o líder social-democrata. “Se não houver concertação e as medidas de compensação para as empresas não passarem, a culpa é do PSD, que não é responsável nem patriótico?”. O presidente do partido frisou que o PSD não faz parte da maioria parlamentar que apoia o Executivo de António Costa e que foi com PCP e BE que o Governo acordou o aumento do salário mínimo nacional. “Então, agora as coisas não resultam e nós é que temos de resolver o problema?”, questionou.

“Começámos o ano com o PCP e o BE a meterem baixa no apoio ao Governo”, concluiu Pedro Passos Coelho, sublinhando que a posição dos social-democratas é exigir ao Executivo que comprove o que prometeu: “Eles é que quiseram ficar com o governo e disseram que tinham uma solução estável”. “E não comecem a desentender-se porque esgotaram as boas novas e o dinheiro que tinham para dar”, desafiou ainda o líder do PSD, que continuará a fazer “uma oposição firme porque não concordamos com o que se está a passar nem com as políticas” seguidas. “Não andamos aqui, nem nunca andaremos, a fazer fretes seja ao Partido Socialista, seja a quem for”, assegurou. Do PSD poderá esperar-se que, em 2017, continue a defender os interesses dos portugueses e, perante a ausência de ambição do atual governo, “não prescindir nunca deste seu traço inconformista”, defendendo uma “agenda de reformas importantes” contra a “bolha artificial em que se vive hoje, em que se dá a ideia de que tudo está bem”.

Já no passado, “houve tempos em que as pessoas se deixaram encantar por esta maneira de governar”, da “navegação à costa”. Mas Portugal precisa de políticas diferentes daquelas que têm sido seguidas, porque os seus resultados “estão a pôr-nos cada vez mais distantes daqueles com quem gostamos de nos comparar, dentro do espaço europeu”. Mas o “PSD é um partido que sabe para onde vai”, rematou. Os social-democratas continuam a acreditar (como nas eleições legislativas, em 2015) que, “apesar das dificuldades” e dos constrangimentos que tem, como a elevada dívida pública, Portugal pode ser “um dos países mais competitivos da Europa”. O país tem condições de sucesso, como a qualidade das universidades e escolas, a competitividade de setores tradicionais da economia, que se modernizaram, a qualificação de outros setores, como o turismo.

“Queremos transferir para os contribuintes a fatura dessas nacionalizações?”

O PSD continuará a apresentar as suas propostas no Parlamento, garantiu o presidente do partido, lembrando que as muitas medidas dos social-democratas têm sido “liminarmente chumbadas”. “Nem se dão ao trabalho de as discutir”. Enquanto isso, o primeiro-ministro furta-se a dar respostas aos deputados, limitando-se a “fazer graças”. “O Governo não passa cartão ao Parlamento” mas vai divulgando as notícias



que pretende junto da comunicação social, como tem acontecido no caso do Novo Banco, acusou.

Pedro Passos Coelho lembrou que, quando assumiu funções, o seu governo tinha menos de dois meses para vender o BPN, que já custou aos portugueses dois mil milhões de euros e, segundo estimativas, poderá chegar a um custo de seis mil milhões. Recordando que o BPN foi nacionalizado pelo governo de José Sócrates e Teixeira dos Santos, o antigo primeiro-ministro questionou o motivo pelo qual “já há dirigentes do PS que falam na nacionalização do Novo Banco”.

E, se o BPN era um banco pequeno comparado com o Novo Banco, o que acontecerá face a uma nova nacionalização? “Vamos andar os próximos 20 anos a pagar o erro de um governo, que, desde o início, andou a dizer que o banco podia ser nacionalizado?”. Pedro Passos Coelho esclareceu: “Queremos nacionalizar mais bancos e transferir para os contribuintes a fatura dessas nacionalizações?”





Jantar da distrital do PSD do Porto

Divergências na maioria são da responsabilidade do Governo

Foi durante um jantar no Porto que Pedro Passos Coelho afirmou que as decisões deste Governo são da sua responsabilidade e dos partidos que o sustentam, pelo que o PSD não é a muleta das medidas em que não conseguem encontrar consenso.

No passado, o PSD atualizou o salário mínimo nacional, que estava congelado desde o tempo do PS, e fê-lo de forma a que o aumento pudesse ser analisado de acordo com a produtividade. Este Governo deixou cair este acordo.

“Atiraram ao lixo o acordo que tínhamos com os parceiros sociais. As empresas não podem pagar o que não ganham. Se tiverem de pagar de forma desligada dos seus resultados, ou deixam de ser viáveis ou passam a ser menos competitivas. O Governo está a fazer uma chantagem e não uma negociação. É a isto que chamam acordo”, denunciou Pedro Passos Coelho.

“Um Governo que diz que o que precisamos é de um modelo económico de um salário mais alto, está a incentivar um salário mais baixo. Como os partidos que os sustentam não concordam, o governo fica surpreendido porque o PSD não dá apoio”, continuou. O Governo promove assim um escândalo nacional, porque o PSD não substitui o PCP e o BE na geringonça e não dá apoio a uma medida com a qual não concorda.

Pedro Passos Coelho afirmou ainda que espera que “o Governo não se fie em resolver as divergências dentro da maioria que escolheu, imputando ao PSD as responsabilidades do que não consegue resolver”. O líder do PSD lembrou que em 2015, “o PS rejeitou dar qualquer apoio que fosse a quem ganhou o direito de governar e disseram que não precisavam de nós. Que não se esqueçam que informaram o país que tinham uma maioria para governar.”



Um Governo que queira crescimento não pode ser revanchista

“Esta solução de Governo teve, em 2016, uma agenda profundamente revanchista. Afirmaram-se contra o governo anterior, e em certas matérias acusavam o Governo anterior de ser o da austeridade, mas nós nunca deixámos que as pessoas se esquecessem que tivemos

de fazer o que fizemos porque herdamos a bancarrota do Partido Socialista”, afirmou o Presidente do PSD. Mas o caminho que o PSD conseguiu impulsionar e trilhar era de crescimento económico e geração de emprego, de desanuviamento económico e social. Se hoje existe folga para um fogo de vista, isso também se deve aos resultados que o PSD alcançou. Quando o PSD deixou o Governo, o país já estava numa situação de retoma económica.

Pedro Passos Coelho afirmou que “o Governo e a maioria reverteram uma série de medidas estruturais, e isso atrasa para futuro a recuperação que estávamos a fazer. Um Governo que queira crescimento e confiança para o futuro, não pode ser revanchista, tem de trabalhar em cima do que recebeu.”

O ano de 2016 terminará com um crescimento económico superior ao que o Governo previu. Mas mesmo assim foi um ano com pior desempenho económico do que o ano anterior. Foi pior do que em Espanha e na Irlanda, países que passaram pelas mesmas circunstâncias que Portugal. O nosso crescimento foi mais débil e estamos, para financiar esse crescimento, a pagar mais do que todos os outros.

Ainda na semana que passou, o Estado foi ao mercado financiar-se. E pagou 4,22% de juros. Isto significa, face à mesma emissão no ano anterior, quase 450 milhões de euros. Crescemos menos do que os outros e pagamos mais do que os outros pelo que nos emprestam. “Estamos a aproveitar bem as oportunidades? Não. Os resultados diferentes devem-se às políticas que estão a ser seguidas no país. Estamos pior do que podíamos estar do que se o Governo tomasse outras decisões”, afirmou o líder social-democrata.

Uma tradição reformista, sem medo de lutar por um futuro melhor

O ano de 2017 será intenso. A agenda autárquica vai dominar os trabalhos políticos e o PSD tem de estar preparado para apresentar as melhores equipas.

“Nós levamos o nosso trabalho a sério e tentamos avaliar o trabalho que deixámos para trás. Há que continuar o bom trabalho e fazer novas escolhas com ambição. Estamos a trabalhar para chegar onde ainda não chegámos e estou confiante que chegaremos lá”, avançou Pedro Passos Coelho.

As eleições não se ganham só na campanha, há um trabalho de preparação que demora o seu tempo, é isso que faz um grande partido.

“Acredito que 2017 será o ano em que os portugueses conseguirão ver que os resultados que estamos a ter nos estão a por mais longe dos objetivos que podíamos atingir. Nós queremos corrigir o que está mal e melhorar a condição de quem está pior, é assim que entendemos a ação política. O PSD tem uma tradição reformista, que não tem medo de andar contra a corrente se for para um futuro melhor. Ele dá trabalho e sacrifício, mas nós não nos importamos de sacrificar um pouco o dia a dia para o futuro ser melhor. Governar é preparar para o futuro e olhar para ele com confiança”, disse o presidente do PSD.

Ganhar a maioria das câmaras municipais e juntas de freguesia

Pedro Passos Coelho frisou que o PSD espera ganhar uma “maioria de mandatos” nas próximas eleições autárquicas, um objetivo que não será fácil, mas que está “ao alcance”.

“Nós temos a expectativa de poder nestas eleições alcançar uma maioria de mandatos, quer nas câmaras municipais, quer nas juntas de freguesia”, afirmou Passos Coelho.

E acrescentou: “Isso para nós é importante e estou convencido de que, não sendo um objetivo fácil, é um objetivo que está ao nosso alcance”.

Passos Coelho destacou ter a certeza “que o distrito do Porto, apesar de já ter um resultado muito significativo em termos de representação do PSD nas autarquias locais, pode dar um contributo para este objetivo nacional, alargando os resultados de sucesso no distrito”.

“E eu não deixarei de estar cá a acompanhar esse trabalho e a poder mais de perto testemunhar o empenhamento que tenho verificado existir intensamente de preparação e envolvimento de todos os órgãos para



que essas candidaturas sejam bem-sucedidas”, garantiu o líder social-democrata.

Pedro Passos Coelho começou por dizer que 2017 será um “ano político muito intenso”, especialmente “porque a agenda autárquica vai dominar os trabalhos políticos”.

“É assim em ano de eleições, é um assunto que tem relevo para as escolhas que vão ser feitas por quatro anos nas nossas terras e o PSD tem que estar preparado para apresentar as melhores equipas para essas eleições”, disse o líder dos sociais-democratas.

Quanto ao distrito do Porto, Passos Coelho assinalou que “em muitos municípios”, o trabalho do PSD foi bom pelo que há “razões para estar confiantes em ver renovar a confiança dos cidadãos no trabalho que os autarcas desenvolveram”.

“Noutros casos há que fazer novas escolhas com a ambição de encontrar do lado do eleitorado uma confiança que nos permita voltar a ganhar eleições onde as perdemos no passado ou onde, por qualquer outra razão, acabamos por não ter um projeto bem-sucedido”, admitiu.

Passos Coelho defendeu também que “as eleições não se ganham só na campanha eleitoral e nas escolhas

que são feitas para aquela eleição”.

“Muitas vezes há um trabalho de preparação que demora o seu tempo. Às vezes acertamos, outras vezes preparamo-nos para o outro a seguir. É isso que faz um grande partido”, salientou.

Durante o encontro, o líder da distrital do PSD/Porto defendeu que “todas as energias” devem estar “voltadas para o combate político autárquico” e que “vencer as próximas eleições autárquicas é recuperar a maioria das câmaras do distrito para o PSD, ter a maioria na Área Metropolitana do Porto e ter a maioria na CIM [Comunidade Intermunicipal] do Tâmega e Sousa”.

O líder da Distrital do Porto, António Bragança Fernandes, destacou que “a total liberdade dos candidatos às câmaras de fazerem as suas listas é um princípio que deve ser respeitado e não deverão ser o género, nem a idade a definir se integrará esta ou aquela lista, mas sim a competência das pessoas”.

“Uma vez escolhidos os candidatos às câmaras, às assembleias municipais e às assembleias de freguesia, temos a obrigação e o dever de estarmos todos unidos com essas candidaturas e não andar a semear tempestades”, sublinhou.



Socialistas querem novo BPN

Governo e maioria têm fragilizado sistema financeiro. Nacionalizar o Novo Banco seria repetir erro do passado, diz Marco António Costa.

Quase nove anos depois da nacionalização do BPN, que já custou mais de cinco mil milhões aos portugueses, “os mesmos governantes socialistas parecem estar a tentar repor o filme da nacionalização de um banco”, afirmou Marco António Costa.

O vice-presidente do PSD apontou a incerteza que o Governo permite que esteja a ser criada em torno do Novo Banco, não esclarecendo a sua posição: a venda ou a nacionalização?

“Seria um paradoxo o Governo querer mais um banco público, quando trata de forma tão desastrosa o que já é seu”, acrescentou Marco António Costa, numa intervenção que lembrou a “novela vexatória” que tem sido a gestão da Caixa Geral de Depósitos.

“O país não pode andar para trás e repetir erros tão graves”, rematou Marco António Costa, esta quinta-feira, no Parlamento, esclarecendo a posição do PSD: “Não contem connosco para aventuras ruins nem “para repetir erros do passado”. Porque a nacionalização e posterior venda de um banco já foi experimentada com o BPN, com a oposição do PSD, lembrou o deputado, questionando sobre o impacto que uma tal operação teria no caso do Novo Banco, uma instituição de dimensão superior.

O social-democrata afirmou ainda que “Hoje, começa a ficar claro que o governo de esquerda e a maioria parlamentar que o suporta elegeram o sistema financeiro como instrumento de debate político para tentar diminuir os resultados que no passado foram alcançados pelo nosso governo e assim procurar arranjar, em antecipação, uma justificação para os seus insucessos governativos.”

O PSD continuará a fiscalizar a ação do Governo, assegurou Marco António Costa, recomendando ao Executivo que atue com a discrição e eficácia que lhe têm faltado, no dossier do Novo Banco, para garantir “a salvaguarda dos contribuintes”. Porque “não é bom prenúncio” a forma quase pública como têm sido conduzidas as negociações.

“Governo não está a solucionar coisa nenhuma”

Em 14 meses de vida, o Governo não está a cumprir a promessa que fez e repetiu tantas vezes.

“Afirmação de estar a solucionar os problemas do setor financeiro”, mas “este governo não está a solucionar coisa nenhuma, pelo contrário”, reiterou Marco António Costa, antes de rever os falhanços de António Costa e Mário Centeno na área financeira.

Desde logo, a instabilidade provocada por “declarações contraditórias” dos membros do Governo e da maioria parlamentar, além da incapacidade do Governo em “garantir um consistente crescimento da economia”.

No que à Caixa Geral de Depósitos (CGD) diz respeito, Marco António Costa lembra a “inenarrável novela” em que foi transformada a gestão do banco público, com inegáveis custos de reputação para a instituição. Para Marco António Costa, Portugal tem assistido “incrédulo” a “sucessivas trapalhadas governamentais” e “tentativas silenciosas e furtivas de atropelo à lei, seguida de uma inédita discussão na praça pública repleta de recriminações mútuas entre governantes socialistas e administradores nomeados por esse Governo”. Tudo com o apoio irresponsável de PS, PCP, Bloco de Esquerda e Os Verdes.

E sobre o Banif, o social-democrata lembra que foi o próprio primeiro-ministro que anunciou a resolução do banco, que “resultou, até agora, num custo de 2,2 mil milhões para os contribuintes”, numa “consciente e deliberada venda de favor ao Santander”.

O social-democrata recordou que o Partido Socialista que tem utilizado o sistema financeiro como instrumento de debate político foi o mesmo que votou as conclusões da comissão parlamentar de inquérito ao desfecho do BES e GES. Conclusões muito claras, sublinha: “O BES desabou devido a erros de gestão” e “a resolução do BES foi uma decisão da exclusiva responsabilidade do Banco de Portugal”, considerada pela comissão de inquérito “como o menor dos males face ao leque de soluções disponíveis no início de agosto de 2014.

Governo força portugueses a pagar mais 40 milhões de euros pela dívida

Se há um ano, o Governo beneficiava da confiança criada pelo Executivo de Pedro Passos Coelho, o que atraía taxas de juro inferiores, hoje, o país é obrigado a ir aos mercados pagando mais pela sua dívida. De facto, este governo “é incapaz de gerar confiança”, reiterou Marco António Costa.

O vice-presidente do PSD referia-se à emissão de dívida pública a 10 anos que, esta quarta-feira, atingiu a taxa de juro mais alta desde a saída da troika, numa altura em que o primeiro-ministro e o ministro das Finanças têm manifestado convicção de que as taxas exigidas pelos mercados vão diminuir.

Porém, Portugal paga hoje um juro “muito mais elevado do que nos era exigido há um ano, custando isso, adicionalmente, aos portugueses mais 400 milhões de euros”, criticou. “Estes são os factos, o resto são desculpas de quem não preparou o futuro”, rematou.

Governo fragiliza o Serviço Nacional de Saúde



As dívidas no setor da saúde não param de aumentar. Entre janeiro e novembro de 2016, os pagamentos em atraso do Estado português neste setor cresceram ao ritmo de 27,2 milhões de euros por mês. Os pagamentos em atraso dos hospitais EPE (entidades públicas empresariais) aumentaram 299 milhões de euros nos primeiros onze meses do ano passado.

A indústria farmacêutica, empresas de medicamentos e de diagnóstico “in vitro” reivindicam ao Estado créditos de 926 milhões de euros (ver gráfico). A Direção-Geral do Orçamento revela também que o Estado está ainda em falta com 381 milhões de euros às empresas de dispositivos médicos.

De acordo com a Administração Central do Sistema de Saúde, até outubro de 2016, a dívida global do Serviço Nacional de Saúde aos fornecedores atingia os 1750 milhões de euros. Um valor 15% superior do que o registado no ano de 2015.

Com o atual Governo, a tendência para o crescimento da dívida está a acentuar-se e o défice do Serviço Nacional de Saúde (SNS) agravou-se em 50%.

Em 2012, o Governo de Pedro Passos Coelho transferiu mais de dois mil milhões de euros para regularizar uma parte significativa das dívidas deixadas pelos executivos socialistas (que ascendiam aos 3200 milhões de euros).

Acompanhe-nos no dia-a-dia...



Conferências de Imprensa, Transmissões em direto, Discursos e intervenções políticas



Entrevistas, Opinião, História, Iniciativas



O dia-a-dia da atividade do PSD



Noticiário semanal todas as sextas-feiras

“Fact check”: mitos sobre o Novo Banco

“(…) O Novo Banco já é do Estado.”

Falso. O Novo Banco é detido pelo Fundo de Resolução. Todos os encargos do Fundo de Resolução são assumidos coletivamente pelo sistema financeiro nacional e não pelos contribuintes.

Assim, todas as instituições de crédito assumem na proporção da sua quota de mercado os encargos do Fundo de Resolução presentes tal como os encargos contingentes futuros.

Conforme consta da página do Fundo de Resolução: “As principais fontes de recursos do Fundo são (...) as contribuições periódicas (...) das instituições de crédito participantes, as receitas da contribuição sobre o sector bancário, (...). No caso de os recursos do Fundo não serem suficientes para fazer face às suas responsabilidades, o Fundo pode ainda obter contribuições especiais junto das instituições participantes.”

Quanto deve então o Fundo de Resolução ao Estado Português?

Com a Resolução do BES o Estado Português prestou um empréstimo ao Fundo de Resolução de 3.900 milhões de euros ao qual acresce o pagamento de juros. Este valor será pago ao Estado com a alienação do Novo Banco e através de contribuições periódicas das instituições de crédito.

Os custos para os contribuintes de uma eventual operação de nacionalização foram já assumidos.

Falso. Esta conclusão é rejeitada pelo comunicado do Ministério das Finanças de setembro de 2016.

Neste comunicado, o atual Governo confirma que as Instituições de Crédito terão de pagar o empréstimo de 3.900 milhões de euros ao Estado incluindo os respetivos juros. No comunicado, o Ministério das Finanças refere ainda que prolongou a maturidade do empréstimo e simultaneamente indexou a sua taxa de juro ao custo de financiamento da República. Assim a resolução do BES não teve até à presente data qualquer encargo para os contribuintes.

Coisa diversa é o facto de o Fundo de Resolução se encontrar no perímetro do Estado. Assim, apenas e exclusivamente para efeitos estatísticos, o INE decidiu que o



Fundo de Resolução está no perímetro de contabilização do défice e da dívida pública, razão pela qual os 3.900 milhões de euros que o Estado emprestou foram também contabilizados no défice e na dívida pública. À medida que o empréstimo for pago irá contribuir para a redução da dívida pública.

Porém, se o Governo vier a optar pela nacionalização do Novo Banco, passando assim o Estado a acionista, então o Estado ficará responsável não só pelos encargos

e riscos inerentes à situação do banco, como ainda por completar todas as necessidades de capital futuras. Coisa que atualmente não sucede.

A nacionalização do BPN representa um exemplo dos riscos e contingências assumidas exclusivamente pelo Estado e pelos contribuintes num banco de muito menor dimensão e que apresentou encargos para os contribuintes muito elevados.

Governo ignorou alerta do PSD e da Assembleia sobre Almaraz

O Governo e o ministro do Ambiente ignoraram os alertas do PSD e a recomendação da Assembleia da República na questão da central de Almaraz.

“O Governo acordou tarde e a más horas” para a construção de um novo armazém de resíduos nucleares na central de Almaraz, que Espanha aprovou à revelia da consulta a Portugal. A acusação é do PSD, na voz da vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD Berta Cabral.

Já em 2016, a bancada parlamentar social-democrata tinha alertado o Executivo para o que era, à data, o anúncio da construção prevista pelo governo espanhol, pedindo ao Governo que pressionasse o seu congénere espanhol para encerrar a central de Almaraz.

“Em devido tempo, o PSD alertou e confrontou o Ministro do Ambiente expressando a sua enorme preocupação, sobretudo face aos incidentes reportados pelo Conselho de segurança nuclear espanhol, tendo aquele membro do executivo chegado ao ponto de afirmar que não estava preocupado com o assunto”, lembra a deputada.

Da mesma forma, o Governo nada fez quando a Assembleia da República aprovou, por unanimidade, a resolução n.º 107/2016, em abril do ano passado, que recomendava ao Executivo que intervisse junto do governo espanhol e das instituições europeias no sentido de proceder ao encerramento da central nuclear de Almaraz, que já devia ter sido desativada.

“Todavia, só muito tardiamente o Ministro do Ambiente decidiu efetuar diligências as quais se revelaram infrutíferas, ao ponto de se sentir desconsiderado pelo governo espanhol”, relata Berta Cabral, criticando a reação do ministro do Ambiente, que se confessou “surpreendido” quando, em dezembro, Espanha confirmou a construção do novo armazém em Almaraz.

“Não é com reações temperamentais que se resolvem os problemas”, acusa a deputada social-democrata, afirmando que Portugal não pode dar-se “ao luxo” de “não comparecer em reuniões com os responsáveis políticos” espanhóis. “A obrigação de um governante responsável é dialogar, defender os interesses de Portugal e dos Portugueses, ao abrigo do direito nacional e europeu e no âmbito da diplomacia e do relacionamento bilateral”, acrescenta.

A vice-presidente da bancada do PSD recorda ainda que o primeiro-ministro não se pronunciou sobre esta questão e “nem conhecemos a posição política e oficial do governo português sobre o encerramento da central nuclear de Almaraz”.



Reorganizar o alojamento das famílias

O grupo parlamentar do PSD apresentou no passado dia 6 de janeiro um projeto de resolução que visa reorganizar a estratégia de realojamento de famílias, continuando a promover em Portugal a habitação condigna. Para o PSD, a política de habitação tem de passar por um maior envolvimento das autarquias.

O PSD recomenda ao Governo que proceda ao Recenseamento Nacional de todas as situações que carecem de realojamento, em articulação com as autarquias locais, e que elabore um novo Programa de Realojamento.

Na anterior legislatura, o governo liderado por Pedro Passos Coelho procedeu a uma ampla reforma no âmbito da política da habitação, que teve na sua génese a estratégia nacional da habitação, cuja visão estratégica e estruturante procurou “facilitar o acesso das famílias à habitação” e onde se apontava a necessidade de concluir a erradicação das situações de carência habitacional grave.

O PSD defende uma estratégia de ação coordenada e consequente, que permita ultrapassar as dificuldades sentidas. Os social-democratas criticam a estratégia de reversão de reformas de sucesso que o atual governo tem prosseguido e repudiam a mera aprovação de medidas avulsas em matéria de habitação.

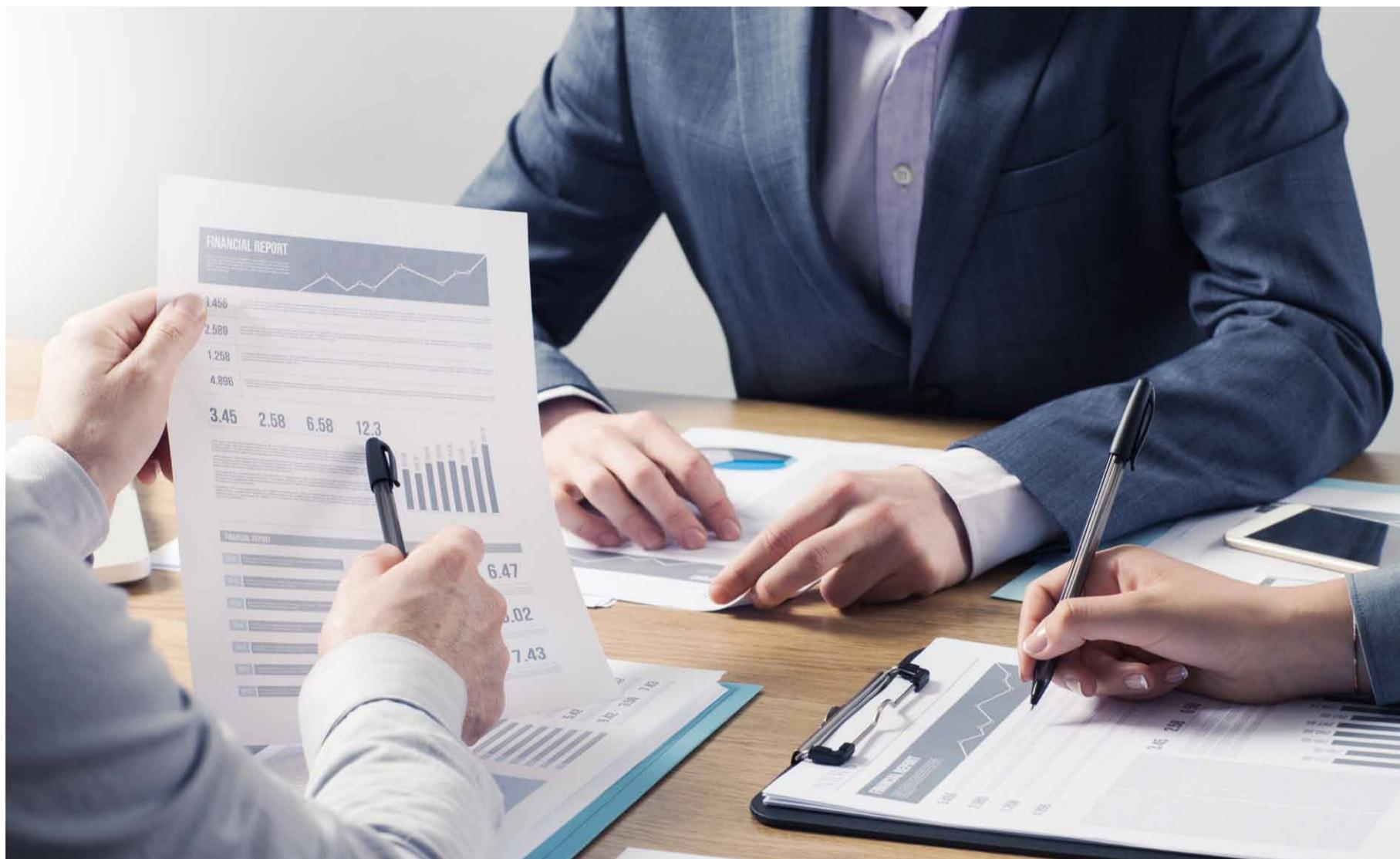
Não se pode ignorar que, em Portugal, os problemas habitacionais não se circunscrevem a uns quantos bairros, recentemente mediatizados, do município da Amadora, como o 6 de Maio. Há mais de 2000 famílias de etnia cigana vivendo em acampamentos e barracas por todo o País que continuam por ser realojados, como estão por realojar muitas famílias que vivem em “ilhas” no distrito do Porto. Porém, não é com medidas pontuais ou casuísticas que o problema se deve abordar, considera o Partido Social Democrata.

É indispensável uma visão de conjunto das políticas de habitação do País, que valorize o trabalho e o esforço financeiro do Estado e das Autarquias Locais feito ao longo de décadas. Se o objetivo é fazer um trabalho sério, não se pode enveredar por uma qualquer atualização do atual Programa Especial de Realojamento (PER). A opção certa é uma nova solução que envolva o Estado e as Autarquias Locais, extensivo a todo o País e a todas as famílias que aqui carecem de solução habitacional.

Nestes termos, grupo parlamentar social-democrata recomendou ao Governo que proceda a um recenseamento nacional detalhado de todas as situações existentes em Portugal que carecem de realojamento; proceda à elaboração de um programa de realojamento, com custos estimados e cronograma de execução; atribua o correspondente envelope financeiro e dê início à sua execução.

TSU

PSD não será muleta do Governo



Os deputados do PSD estão a favor de apreciações parlamentares para contestar a descida da Taxa Social Única (TSU) prevista no acordo de concertação social. “Somos frontalmente contra a descida da TSU como forma de compensar o aumento do salário mínimo”, justificou Luís Montenegro, desafiando os partidos que apoiam o Governo a entenderem-se sobre esta matéria.

No final da reunião do grupo parlamentar social-democrata, o presidente ao grupo parlamentar insistiu que “não será pela mão do PSD” que o acordo alcançado em concertação social será discutido no parlamento: “Devem ser os partidos da coligação a assumir plenitude das suas responsabilidades (...). A haver um processo no parlamento, que fique, desde já claro, que terá de ser a coligação de esquerda a tomar uma posição, porque nós não seremos uma muleta do Governo, dando ao Governo o apoio que não consegue entre os seus parceiros”.

Luís Montenegro assinalou que o PSD não se opõe à atualização do salário mínimo nacional, mas à utilização da TSU como forma permanente de o compensar, e defendeu que esta posição é coerente com o que o Governo PSD/CDS-PP fez no passado.

Para Luís Montenegro, o aumento do SMN deve ter por base outros fatores, tais como a inflação, o crescimento e a produtividade. Nessa medida, o PSD não irá funcionar “como bombeiro de serviço da geringonça, ela tem que se bastar a si própria como foi prometido desde o início pelo primeiro-ministro e líderes partidários do PCP e BE”.

Caso o BE concretize a intenção anunciada de pedir a apreciação parlamentar sobre o acordo alcançado em concertação social, o PSD votará a favor da iniciativa.

O que fez o Governo do PSD?

Em 2014, o governo liderado pelo PSD aumentou o salário mínimo nacional (SMN), pela primeira vez desde que o executivo socialista o congelou, em 2010.

Celebrou um acordo em concertação social, que fixou a subida do salário mínimo para 505 euros.

O acordo previa a redução da Taxa Social Única (TSU) paga pelos empregadores, em 0,75 pontos.

A redução da TSU seria temporária e estaria em vigor durante 15 meses.

A medida foi suportada totalmente por transferências do subsector Estado (impostos).

Atualizações futuras do salário mínimo seriam feitas em função do crescimento da economia: produtividade, competitividade, inflação. Para que as empresas pudessem acompanhar a subida do salário mínimo.

O que fez o Governo das esquerdas?

Em 2016, fez um acordo com os partidos que apoiam o Governo no Parlamento. Acordo que só depois levou à concertação social.

Esta medida, conforme o Governo a apresentou à concertação social (sem margem para qualquer negociação com os parceiros) não traz mais competitividade à economia. Pelo contrário, é um incentivo à política de salários baixos.

Os partidos que apoiam o Governo não contestaram esse acordo, onde estava prevista uma redução da TSU.

Na votação parlamentar, o PSD viabilizou esse acordo, abstando-se e garantindo ao Governo a margem para provar a sua estratégia e a estabilidade, que, como partido responsável, sempre disse que daria.

Em 2017, repete a estratégia. Novo aumento do salário mínimo é compensado por uma redução de 1,25 pontos da TSU para empregadores.

Vai buscar 50% das verbas ao orçamento da Segurança Social. Já em 2016 foi perda total da Segurança Social.

Desta vez, Bloco de Esquerda e Partido Comunista Português ameaçaram chumbar a medida.

Mas o PSD não concorda com a redução da TSU?

A exceção não pode ser a regra. A redução da TSU associada a um aumento do SMN só faz sentido se absolutamente excepcional, como em 2014. E como o Governo dizia que seria em 2016. Mas este é o segundo ano em que o Executivo de António Costa quer usar a excepcionalidade como desculpa.

Se repetida no tempo, poderá tornar-se um incentivo aos empregadores para contratarem com o salário mínimo.

Foram os partidos que apoiam o Governo que ameaçaram chumbar esta medida. Olhando para os factos, o PSD manteve e mantém a sua posição coerente. É coerente com o que sempre defendeu: a redução da TSU como medida de exceção.

Porque o PSD é contra a política de salários baixos.

Para o PSD, o SMN não deve ser subsidiado pelos contribuintes!

Para o PSD, o aumento do SMN não deve agravar a sustentabilidade da Segurança Social.

O Governo depende do PS, do PCP e do BE. António Costa sempre disse que não precisava do PSD.

O que se passa com o Ensino Superior?



O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior afirma e reafirma que não há atrasos concurso de bolsas individuais de doutoramento e pós-doutoramento.

Falso.

2016 será o ano em que nenhuma nova bolsa individual foi atribuída, algo que não acontecia há vários anos. O próprio ministro Manuel Heitor, que faz essa afirmação, foi o mesmo que, antes, assumiu o atraso em plenário (assim como a FCT) e até pediu desculpas por ele.

O anterior governo cortou as Bolsas de Mérito.

Falso.

Foi o atual ministro, na altura secretário de Estado, que, em 2009, deixou de pagar as bolsas de mérito, criando um atraso de três anos no cumprimento dos compromissos assumidos. Foi o Governo PSD/CDS que, em 2012, em plena crise financeira e económica, retomou o pagamento das bolsas de mérito em atraso. Em outubro de 2015, a previsão para pagamento das bolsas de mérito estava acautelada mas, por opção deste governo, os cerca de dois milhões de euros não foram devidamente pagos naquele ano, agravando assim o atraso temporal no pagamento.

Governo vai reforçar Instituições de Ensino Superior.

Falso.

As dotações orçamentais para 2017 acomodam apenas a reposição salarial o que, associado ao congelamento das propinas, se vai traduzir, apesar dos contratos para legislatura firmados, no agravamento das condições financeiras das instituições.

Reforço de mais 300 das Bolsas +Superior.

Parcialmente Falso.

A nova portaria relativa às Bolsas +Superior só é publicada em finais de novembro (quase no final do 1.º semestre), mas os resultados só em meados de janeiro serão conhecidos. O anúncio de mais 300 Bolsas +Superior não é verdadeiro, pois o ministério “esqueceu-se” de informar que está a contabilizar as bolsas do Retomar, que foram extintas. Ou seja, como as bolsas Retomar não vão ser renovadas no atual ano letivo, os estudantes do Ensino Superior que as recebiam terão de se candidatar ao programa +Superior. Feitas as contas às Bolsas +Superior e Retomar atribuídas em 2015/16, não há aumento nenhum.

Governo não abre Concursos para Projetos e de Concursos para Programas Doutorais.

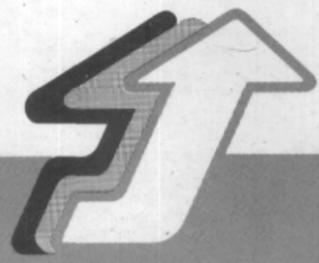
Verdadeiro.

Em 2016, não foi lançado concurso para projetos em todas as áreas científicas. De acordo com o ministro Manuel Heitor, em 2017 também não haverá concursos para programas doutorais, nem mesmo programas doutorais em ambiente empresarial.

Governo anuncia o fim da precariedade no emprego científico.

Falso.

As ações contrariam os anúncios. O Governo estabeleceu um sistema para o emprego científico, que extinguiu o Investigador FCT. Não só não resolve a questão da precariedade, como reviu em baixa os índices remuneratórios e diminuiu o carácter competitivo internacional.



povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

DIRECTOR: CARLOS ENCARNÇÃO DIRECTOR-ADJUNTO: JOÃO CORDEIRO PEREIRA N.º 1050 • 20 DEZEMBRO 1995 • PREÇO 100\$00

Fernando Nogueira alerta Guterres no Parlamento

Populismo e facilitismo põem situação de Portugal em perigo na Europa

4

Pacheco Pereira denuncia

Governo favorece candidatura de Sampaio

2

Presidenciais:

Equívocos e ambiguidades

Artigo de Luís Marques Mendes

3

-/-

Um caso anedótico:

Até já nem sabem quem saneiam!

3



JSD tem de ser capaz de atrair jovens para a política

— afirmou o Presidente do PSD

8

TSD: Satisfazer as expectativas dos trabalhadores que a situação económica do País já permite

7

A irresponsabilidade paga-se

Maria Luís Albuquerque (*)

No dia 11 de janeiro realizou-se a primeira emissão de dívida a 10 anos de 2017. O juro exigido pelo mercado ficou 1,25 pontos percentuais acima de uma emissão análoga há um ano. Mas o que não tem sido dito nem comentado é que esse aumento se deve, única e exclusivamente, ao aumento do risco da dívida nacional. Na verdade, se o risco se tivesse mantido inalterado, a emissão deste ano teria saído mais barata que a de há um ano, porque a taxa base a 10 anos efetivamente desceu. Se o spread, que é a medida do prémio de risco que os investidores exigem, se tivesse mantido constante nos 205 pontos base da emissão de há um ano, e não tivesse aumentado para os 352 pontos base, na semana passada teríamos pago uma taxa de juro de cerca de 2,75%, em vez dos 4,23% que realmente vamos pagar. Em 10 anos são mais 440 milhões de euros. E isto já nem comparando com as emissões de 2015, ainda com o Governo PSD/CDS em que o spread pago foi de 155 pontos base.

Diz o Governo e o PS que este crescimento do prémio de risco se deve apenas à perspetiva de alteração da política do BCE. Ouvimos até no Parlamento que a solução tem de passar por mudar a política do BCE, imagine-se! Pois, mas o que devia preocupar o Governo era reduzir a dependência do BCE, não perpetuá-la, o que de resto corresponde a uma menorização da sobe-



rania nacional que devia ser considerada inaceitável. E dizem-se patrióticos...

Ao fim de mais de um ano de governação, a atual maioria tudo fez para exacerbar os riscos da economia portuguesa e aumentar a nossa fragilidade e dependência. Com o crescimento na Europa a acelerar, e as perspetivas de crescimento para Portugal a mostrar uma crescente divergência face aos nossos parceiros, a solução passa por promover a aceleração do crescimento da economia nacional, não por tentar convencer as instituições europeias a manter um apoio cuja razão de ser para a Europa como um todo está, e ainda bem, a desaparecer. É uma retórica fútil e uma fraca desculpa para as consequências que inevitavelmente virão.

E já agora, se tanto o Primeiro-Ministro como o Ministro das Finanças estão tão convencidos que a taxa de juro vai descer, como têm apregoado, porque não esperaram para emitir dívida e fazem os portugueses suportar um custo acrescido de centenas de milhões de euros?

(*) Vice-Presidente do PSD

Justiça: imperativo da democracia e ativo económico

Teresa Leal Coelho (*)

Nas eleições de 2015, apesar das enormes dificuldades que o país passou no período de emergência, quase 40% dos eleitores portugueses acharam que se devia prosseguir o caminho liderado pelo PSD desde 2011. Um caminho reformista de mudança estrutural, de confronto a muitos poderes instalados, de aprofundamento das regras de transparência, de combate à ganância, à corrupção, ao branqueamento de capitais, ao tráfico de influências, ao enriquecimento injustificado, em suma um caminho de empoderamento da cidadania, de aprofundamento da igualdade de oportunidades, de promoção da meritocracia, e de devolução à economia real de condições para que a iniciativa económica privada possa assegurar o seu papel produtivo, gerador de riqueza, de crescimento e de emprego em condições de contexto que promovam a previsibilidade e a confiança e, consequentemente, que favoreçam o financiamento e o investimento, sobretudo estrangeiros, porque o capital é um bem escasso em Portugal.

A mudança estrutural que Portugal iniciou em 2011 deu resultados positivos. E esses resultados atraíram muitos investidores estrangeiros que contribuíram para criar riqueza e emprego. Portugal mostrou-se capaz de compreender a origem dos problemas e desencadear a ação política, económica e social adequadas a combater os obstáculos e os desequilíbrios, a prevenir os riscos e a reforçar-se perante as ameaças.

Com resultados positivos e porque em democracia são os cidadãos que asseguram as escolhas políticas mais relevantes para os processos de transformação económica e social, temos a responsabilidade de prosseguir em defesa das reformas e das medidas que iniciámos, entretanto sancionadas pela maior maioria dos portugueses confrontados com os diversos programas políticos levados a votos.

No setor da justiça assegurámos reformas estruturais, tanto no plano normativo como no plano da organização judiciária que apresentam já resultados de eficiência, acessibilidade, especialização, transparência e racionalidade. A justiça constitui um imperativo da democracia mas simultaneamente um ativo económico de enorme importância, uma relevante condição de contexto. O combate à corrupção e ao desvio de recursos necessários à promoção do progresso económico e social constituíram e constituem nossa prioridade. Continuamos a defender o processo de criminalização do enriquecimento injustificado, bem como o combate à opacidade na defesa de regras claras e transparentes, sobretudo no plano da multilateralidade, relativas aos fluxos de capital. Perante as ameaças que se colocam à segurança, nomeadamente o terrorismo, o tráfico de seres humanos, a lavagem de dinheiro e a criminalidade organizada, entre outros, defendemos o reforço de instrumentos de recolha de informação pelos Serviços de Informações, bem como o aprofundamento da cooperação internacional e a partilha de informação.

Em 2017, defendemos o mesmo que em 2011 e em 2015: um país preparado para a adversidade, mais justo, mais livre e com oportunidades efetivas para todos.



(*) Vice-Presidente do PSD

Envelhecimento. Prioridade para o PSD. Irrelevância para o Governo.

Teresa Morais (*)

O Partido Social Democrata manifestou, desde há muito, preocupação pela nossa situação demográfica. De resto, apresentou em 2014, o relatório “Por um Portugal amigo das crianças, das famílias e da natalidade (2015-2035). Remover os obstáculos à natalidade desejada” que abriu um debate alargado, sobre um tema essencial para a sociedade portuguesa. Nesse ano, de acordo com as estatísticas oficiais, 20,3% da população tinha 65 ou mais anos de idade, apontando as previsões para que este número continue a subir, atingindo um terço da população em 2050.

Tem sido crescente a consciência deste problema. Porém, o que foi feito não basta e continuam a faltar ao País instrumentos fundamentais que respondam, já hoje, às necessidades da população mais velha e preparem um futuro em que esta faixa etária será ainda mais alargada. Falta-nos, designadamente, um Plano Nacional que reúna as medidas de política pública das diversas áreas setoriais, apresentando uma visão holística e multifacetada do envelhecimento, com um horizonte temporal alargado, calendarizado, e executado com monitorização regular e avaliação periódica.

O PSD não aceita que Portugal permaneça um dos raros países da União Europeia que não dispõe de um



instrumento desta importância e, por isso, apresentou um projeto de resolução que recomenda ao governo a aprovação de um Plano Nacional de Ação para o Envelhecimento Positivo, designação que pretende sublinhar a necessidade de retirar a carga negativa associada ao

processo de envelhecimento. O aumento da esperança de vida é uma conquista. A maior longevidade é um ganho que tem de ser valorizado.

Uma das áreas a privilegiar no domínio do envelhecimento positivo é a da participação cívica das pessoas mais velhas, cuja experiência deve ser reconhecida e cujo contributo para a governação das nossas cidades deve ser fomentado. Nesse sentido o PSD apresentou também um projeto de lei que Cria o Regime Jurídico dos Conselhos Municipais Séniores, órgão consultivo dos municípios em que, para além, de membros permanentes de todas as freguesias, qualquer cidadão ou cidadã sénior que queira pronunciar-se sobre matérias relevantes para a vida do município ou sobre áreas do seu interesse específico, poderá intervir. Pretende-se assim estimular o direito de participação destas pessoas, que devem poder exercer a sua cidadania em plenitude!

Estas e outras propostas apresentadas têm um só propósito: defender e promover os direitos de quem mais experiência acumulou e mais deu ao seu País!

(*) Vice-Presidente do PSD

Uma sociedade que se faz ouvir

José Matos Rosa (*)

Agora que fechámos o ano de 2016, vale a pena fazer um balanço. Para o primeiro-ministro, o ano passado teve uma “boa” execução orçamental. Nós, no PSD, não podemos estar de acordo com aquela avaliação.

Para o PSD, não é boa uma execução orçamental que corta 430 milhões de euros – na saúde, na educação, nos transportes – e que nos deixa com níveis mínimos de investimento público, nunca antes vistos! Não é boa uma execução orçamental que faz crescer as dívidas do Estado.

Não podemos alinhar com esta visão redutora que divide a realidade em duas partes: de um lado, o cumprimento da meta do défice, que é um importante sucesso para Portugal; e do outro, os serviços públicos à míngua e as reformas estruturais mais uma vez adiadas.

Mas são cada vez mais os que escolhem olhar para a realidade no seu todo. São cada vez mais as vozes que se juntam a nós ao afirmar que o modelo orçamental do Governo é errado porque produz um crescimento insuficiente para as necessidades do país e as ambições dos portugueses. Este modelo não nos serve, porque não ajuda a nossa sociedade a ter mais desenvolvimento social.

O que tem o Governo para dar aos jovens? Um futuro de dúvidas e dívidas, com a qualidade da educação a descer? O que tem o Governo para dar aos mais idosos? Um Estado Social que não cumpre o papel de apoio e proteção dos mais vulneráveis?

Somos cada vez mais a exigir que o Governo deixe de governar para o imediato. Que tenha a coragem de não pensar nos votos que pode conquistar hoje, mas no que Portugal precisa de fazer para assegurar que os nossos filhos e netos não vivem com menos oportunidades do que temos agora.



É este futuro que está em causa e que a execução orçamental de 2016 deixou mais longe do nosso alcance. Uma execução que não é mais do que o produto de um governo que se mantém paralisado (perante a nossa vulnerabilidade à conjuntura externa). Não é mais do que o resultado de meses e meses de gestão de expectativas, de um governo que pouco faz – legisla menos do que qualquer outro – mas que embandeira em arco por motivos que não são para festa.

Na verdade, este é o governo que menos resolve, apesar de dedicar grande parte da sua energia a falar em conquistas. O sistema financeiro está mais frágil do que há um ano, pelo que concede menos crédito bancário às empresas. Sem esse apoio, os empresários não conseguem levar em frente os seus projetos e a economia não cria emprego.

Em 2017, certo de que seremos ainda mais a apontar as falhas deste rumo, espero que os partidos políticos possam estar à altura das exigências. A quem compete fazer oposição, que possa fazê-lo sem os bloqueios institucionais que marcaram o ano passado. A quem compete apoiar a governação, que o faça assumindo as devidas responsabilidades das escolhas que sustenta. A todos, que saibamos representar os nossos eleitores e garantir que Portugal não é adiado nem mais um ano.

(*) Secretário-Geral do PSD

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ALMODOVAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Almodôvar, para reunir no próximo dia 29 de Janeiro de 2017 (domingo), pelas 15h00, na sede, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Dar parecer ao acordo PSD/IPA (Independentes de Almodôvar) para as Autárquicas 2017 no concelho de Almodôvar

2 - Dar parecer sobre candidatos à Câmara Municipal de Almodôvar nas próximas eleições autárquicas, nos termos do artigo 53º, nº 2, alínea F dos Estatutos do PSD

ARMAMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Armamar, para reunir no próximo dia 25 de Janeiro de 2017 (quarta - feira), pelas 21h00, no Salão Paroquial, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Informações

2 - Eleições Autárquicas 2017

3 - Outros assuntos

GRANDOLA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Grândola, para reunir no próximo dia 25 de Janeiro de 2017 (quarta - feira), pelas 21h00, na Rua Marechal Gomes da Costa, 33, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Autárquicas 2017

2 - Outros assuntos de eventual interesse

GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Guarda, para reunir no próximo dia 03 de Fevereiro de 2017 (sexta - feira), pelas 21h30, no Auditório Centro Social e Cultural de São Miguel, sito na Av. da Igreja - Guarda-Gare, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Análise e discussão da situação político-partidária local e nacional

2 - Outros assuntos que sejam considerados pertinentes pela Mesa

LAGOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Lagoa, para reunir no próximo dia 03 de Fevereiro de 2017 (sexta - feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Joaquim Eugénio Júdice, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Análise da situação política

2 - Autárquicas 2017

3 - Outros assuntos

LISBOA ÁREA OESTE / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Lisboa da Área Oeste, para

reunir no próximo dia 27 de Janeiro de 2017 (sexta-feira) pelas 21h30 na sede do PSD do Cadaval, sita na Rua D. Fernando, 12, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Orçamento de 2017

2 - Análise da situação política

MANTEIGAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Manteigas, para reunir, no próximo dia 18 de Fevereiro de 2017 (sábado), pelas 17h00, na sede, sita na Rua S. João de Deus, 2, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Eleições dos órgãos da Secção

Mesa da Assembleia de Secção e da

Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede, ao Presidente da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 17h00 às 19h00

MURTOSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Murtosa, para reunir, no próximo dia 24 de Fevereiro de 2017 (sexta-feira), pelas 16h00, na sede, sita na Praça Jaime Afreixo, nº 6 - A - Pardelhas, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 16h00 às 22h00

OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Oeiras, para reunir no próximo dia 25 de Janeiro de 2017 (quarta-feira) pelas 21h00 no Auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras, sita na Avenida Francisco Sá Carneiro nº 17, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Estratégia do PSD Oeiras para as eleições Autárquicas 2017

OLIVEIRA DE FRADES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Oliveira de Frades, para reunir no próximo dia 27 de Janeiro de 2017 (sexta - feira), pelas 21h00, na sede, sita no Jardim Dr. Dinis Vieira, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Prestação e aprovação de contas de 2016

2 - Aprovação do orçamento de 2017

3 - Dar cumprimento ao artigo 53, nº 2, alínea f) dos Estatutos Nacionais do PSD

PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Portimão, para reunir no próximo dia 11 de Fevereiro de 2017 (sábado), pelas 15h30, na sede, sita na Rua Infante D. Henrique, loja 110, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Apresentação do relatório de actividades da Comissão Política de Secção

2 - Eleições Autárquicas 2017

3 - Processo Eleitoral

PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Portimão, para reunir, no próximo dia 18 de Fevereiro de 2017 (sábado), pelas 15h00, na sede, sita na Rua Infante D. Henrique, nº 110, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede, ao Presidente da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 15h00 às 20h00

S. JOÃO DA MADEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de S. João da Madeira para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 30 de Janeiro de 2017 (segunda-feira) pelas 21h30, na sede sita no Centro Comercial Castilho, loja CG, na Av. Dr. Renato Araújo, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Informações

2 - Análise da situação político-partidária

SANTO TIRSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Santo Tirso, para reunir no próximo dia 03 de Fevereiro de 2017 (sexta - feira), pelas 21h00, na sede sita no Largo Coronel Baptista Coelho, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Dar parecer sobre as candidaturas aos Órgãos das Autarquias Locais, nos termos da alínea f) do artigo 53º dos Estatutos do PSD

2 - Apresentação, discussão e votação das contas de 2016

VILA NOVA DE PAIVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova de Paiva, para reunir no próximo dia 04 de Fevereiro de 2017 (sábado), pelas 15h30, na sede da Junta da União de Freguesias de V. N. de Paiva, Alhais e Fráguas, sita na Rua Cónego Manuel Fonseca da Gama - Vila Nova de Paiva, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Apresentação e aprovação das contas do ano de 2016;

2 - Discussão e aprovação do plano e orçamento para o ano de 2017;

3 - Análise da situação político-partidária.

VILA VERDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Verde, para reunir no próximo dia 20 de Fevereiro de 2017 (segunda - feira), pelas 21h00, na sede da Junta de Freguesia de Moure, sita na Av. Padre Mário - Moure, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Análise da situação política

2 - Dar parecer, nos termos do artigo 53º, nº 2, alínea f) dos Estatutos do PSD, sobre o candidato à presidência da Câmara Municipal de Vila Verde, nas próximas eleições Autárquicas

3 - Outros assuntos de interesse



CONSELHO DISTRITAL DE SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Conselho Distrital da JSD Setúbal a reunir no próximo dia 25 de Fevereiro de 2017, pelas 17:30H na sede Concelhia do PSD Almada, sita na Rua da Liberdade n.38-A, Almada, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Eleição dos representantes da JSD na Assembleia Distrital do PSD;
- 2) Informações;
- 3) Eleições Autárquicas;
- 4) Outros assuntos.

Nota:

As listas devem ser apresentadas até às 23:59H do terceiro dia anterior ao da realização do Conselho Distrital, ao Presidente da Mesa Distrital ou a quem o possa substituir, nos termos do disposto no Regulamento Eleitoral da JSD, na sede do PSD Distrital de Setúbal, sita na Av. Dr. Manuel Arriaga 16 3.ESQ, 2900-437 Setúbal.

As urnas estarão abertas entre as 17:30H e as 19:30H.

ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE ANTERIOR 11/1/2017

CASTANHEIRA DE PÊRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Militantes de Castanheira de Pêra para reunir no próximo dia 18 de fevereiro de 2017 (Sábado), pelas 16 horas, na sede do PSD de Castanheira de Pêra, sito em Sarzedas de São Pedro,

3280-100 Castanheira de Pêra, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleições dos Órgãos de Castanheira de Pêra.

Notas:

As listas devem ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Leiria, ou ao seu substituto legal, até às 23h59m do terceiro dia anterior à eleição.

As urnas estarão abertas num período de 2 horas (das 16 horas às 18 horas).

PORTO DE MÓS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convocam-se o Plenário Concelhio da JSD de Porto de Mós, para reunir no próximo dia 18 de Fevereiro (sábado), entre as 18 horas e as 20 horas, sita na Sede do PSD de Porto de Mós na Rua Padre Manuel Espírito Santo, n.2 2480-340 Porto de Mós, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa e da Comissão Política Concelhia da JSD Porto de Mós.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Concelhia da JSD de Porto de Mós ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorre na morada supra citada, ou para o e-mail "pedromsvala@gmail.com".

VILA VERDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais, e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Vila Verde para reunir dia 27 de janeiro de 2017, pelas 21h00, na antiga Escola Primária de Dossãos, sito na Rua do Outeiral, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política;
- 2 – Informações;
- 3 – Outros assuntos;